



Permissão para contrato temporário em convênio público vai para Câmara

Projeto aprovado ontem no Plenário possibilita que órgãos da União, dos estados e dos municípios contratem pessoal por tempo limitado para trabalhar na execução coordenada de políticas públicas

A possibilidade de órgãos do governo, autarquias e fundações públicas contratarem pessoal temporariamente, para trabalhar até o final do prazo de convênios, acordos ou ajustes, foi aprovada ontem pelo Senado. A proposta, de autoria da Comissão Especial para o Aprimoramento do Pacto Federativo, segue agora para

análise dos deputados. O projeto altera a Lei de Licitações e autoriza as contratações por tempo determinado para casos de necessidade e excepcional interesse público nas esferas federal, estadual e municipal. Segundo o projeto, o contrato temporário de pessoal deverá ser previsto no plano de gestão de recursos humanos, que fará parte do plano

de trabalho dos convênios. O relator, Antonio Anastasia, disse que a mudança trará mais flexibilidade à operacionalização dos acordos entre entes federativos, para permitir a execução coordenada de políticas públicas sem o risco de consolidar uma estrutura administrativa que deixará de ser necessária quando for encerrado o convênio. 5

Leia nesta edição encarte sobre 10 anos da Lei Maria da Penha



Reprodução

Impeachment deve ter rito definido hoje 2

Aprovado novo embaixador do Brasil nos EUA 3

Prorrogação da DRU está na pauta do Plenário 5

Presidência do Mercosul provoca divergência 3

Senadores acatam indicações para Dnit e ANTT 8



Marcos Oliveira/Agência Senado

Gleisi conduz, ao lado de Mansueto, debate sobre PEC com novo regime fiscal

Economistas e governo discordam sobre teto para gastos públicos

Economistas do governo, do setor privado e da área acadêmica debateram ontem na Comissão de Assuntos Econômicos a proposta de emenda à Constituição que limita os gastos públicos ao valor do

ano anterior, corrigido pela inflação. O novo regime, se aprovado, valerá por 20 anos. A PEC de austeridade fiscal, defendida pela área econômica, pode engessar o governo, na visão de especialistas. 4

Regulação de serviços de apoio em aeroporto não tem consenso

Participantes de audiência na comissão que analisa a atualização do Código de Aeronáutica defenderam maior regulamentação estatal para empresas que

prestam serviços auxiliares no transporte aéreo. Para debatedor, porém, a regulação mínima é melhor, porque ajuda a conter o aumento de custos do setor. 7



Anarado Menegu/Prefeitura de Tubarão

Aeroporto em SC: serviços auxiliares nos terminais em debate no Senado

Estados ganham ajuda do Senado na questão das dívidas

Governadores do Norte, Nordeste e Centro-Oeste buscaram apoio de Renan para reivindicar a Michel Temer medidas para obter isonomia na renegociação das dívidas. 5

Para especialistas, medida incentiva o setor elétrico

A MP que mudou as concessões de energia permitirá que o setor impulse o desenvolvimento do país, segundo participantes de audiência. 8

Falta qualidade à internet no Brasil, aponta audiência

Apesar do alto nível de conectividade móvel, o Brasil ainda tem baixa qualidade de internet, com pouco acesso à banda larga e aos benefícios que a era digital pode proporcionar, disseram debatedores em audiência pública da Comissão de Ciência e Tecnologia. Para eles, esse atraso limita o desenvolvimento científico e econômico do país.

Outro problema, citado por especialista internacional, é o ambiente regulatório fraco, que impede o avanço no setor. 6

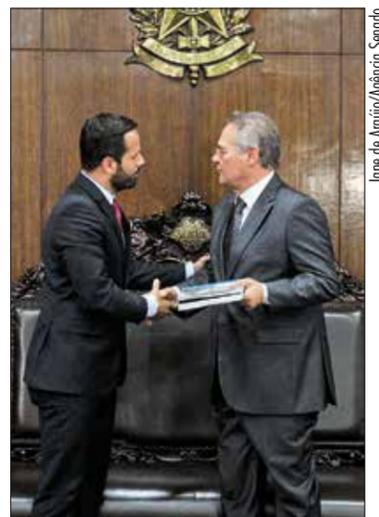


Pedro França/Agência Senado

Baixo acesso à banda larga limita benefícios da era digital, alertam especialistas

Lei Rouanet deve mudar, diz ministro

O ministro da Cultura, Marcelo Calero, esteve ontem no Senado e conversou com o presidente da Casa, Renan Calheiros, sobre possíveis alterações na Lei Rouanet, que incentiva o setor. Calero também abordou as dificuldades no orçamento da pasta, que foi aumentado depois de um acordo. 2



Jane de Araújo/Agência Senado

Orçamento da Cultura foi tema da conversa entre Calero e Renan

Reunião com líderes define rito do impeachment hoje

Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski também participa do encontro. Início da sessão que vai definir futuro do mandato de Dilma Rousseff está previsto para o dia 25

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, confirmou para as 11h de hoje reunião com líderes partidários e com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, para estabelecer os ritos da sessão que vai definir o futuro da presidente afastada Dilma Rousseff.

— A exemplo do que fizemos em ocasiões anteriores, vamos discutir um roteiro para o julgamento da presidente. Aqui combinamos os encaminhamentos com a participação de todos — afirmou Renan.

A sessão de início do julgamento está marcada para o dia 25 de agosto. Nela, será avaliado se Dilma cometeu ou não crimes de responsabilidade, podendo perder definitivamente o mandato.

A proposta de realização de novas eleições presidenciais, segundo Renan, não seria uma boa ideia. A sugestão foi apresentada por Dilma, em mensagem lida ontem em Plenário por Fátima Bezerra (PT-RN).

— Na democracia, a melhor saída é sempre a Constituição. Plebiscito e novas eleições não estão previstos na Constituição, então isso não é bom — disse Renan.

Ele também confirmou para

hoje a votação da proposta de emenda à Constituição que prorroga a Desvinculação de Receitas da União (DRU) e cria mecanismo semelhante para estados e municípios.

Com a PEC 31/2016, o gover-

No Plenário, Fátima lê carta em que Dilma reafirma inocência

A mensagem em que Dilma Rousseff pede ao Senado que a considere inocente e se compromete a apoiar um plebiscito sobre a antecipação de eleições foi lida por Fátima Bezerra.

Na mensagem, a presidente afastada aponta o voto popular como o único caminho para o país sair da crise.

“Esse processo de impeachment é frágil, juridicamente inconsistente, um processo injusto, desencadeado contra uma pessoa honesta e inocente. O que peço às senadoras e aos senadores é que não se faça a injustiça de me condenar por um crime que não cometi. Quem deve decidir o futuro do país é o nosso povo. A democracia há de vencer”, diz Dilma.



Moreira/Miniz/Agência Senado

no terá disponíveis recursos que estariam comprometidos com despesas específicas, facilitando o cumprimento da meta fiscal.

A última sessão de discussão da DRU em Plenário foi ontem.

Vanessa critica Gilmar Mendes por declaração contrária a plebiscito

Vanessa Graziotin (PCdoB-AM) lamentou que o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Gilmar Mendes, tenha chamado de “brincadeira de criança” a proposta de convocação de plebiscito sobre a antecipação de eleições presidenciais. Para a senadora, a afirmação do ministro não leva em consideração a opinião da maioria dos brasileiros, que, segundo diversas pesquisas, defende um novo pleito presidencial como a melhor saída para a crise brasileira.

— Isso que ele chama de brincadeira é a única saída capaz de trazer o país à normalidade. E nada melhor que o povo dizer o que quer neste momento de tamanha dificuldade.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Ministro discute financiamento da cultura com presidente do Senado

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem o ministro da Cultura, Marcelo Calero. No encontro, Calero anunciou que, em breve, a Lei Rouanet, que institui políticas públicas para a cultura nacional (como o Programa Nacional de Apoio à Cultura), deve sofrer mudanças.

O ministro também tratou de verbas de interesses da

pastas no Orçamento Geral da União.

De acordo com o ministro, o orçamento previsto para 2016, no valor de R\$ 604,2 milhões, havia sido reduzido para R\$ 430,3 milhões. Após um acordo com o presidente interino Michel Temer, conseguiu-se uma ampliação do aporte financeiro no valor de R\$ 236 milhões.

(Da Presidência do Senado)

Escolha de prefeitos tem que ser feita com critério, diz Ana Amélia

Ana Amélia (PP-RS) pediu aos candidatos às eleições municipais deste ano honestidade e competência para gerir os recursos públicos escassos das

prefeituras, que enfrentam grave crise econômica. A senadora também cobrou mais atenção para a zona rural.

Ela destacou a aprovação da reforma política, o que tornou a campanha mais barata (com o fim do financiamento privado) e mais curta (caiu de

90 para 45 dias, por exemplo, o prazo para propaganda política no rádio e na televisão).

A senadora recomendou ao eleitor que seja criterioso na escolha do prefeito ou do vereador.

— O eleitor tem uma obrigação moral para evitar que haja corrupção no processo político-eleitoral. É examinar a honestidade e a competência do candidato em que ele está votando.



Waldemir Barreto/Agência Senado

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois das 19h30 de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

Debate destaca participação popular no governo

Em debate na Comissão de Transparência e Governança Pública ontem, especialistas apontaram caminhos para aprimorar a contribuição da sociedade com os governos. Um exemplo é o envolvimento na elaboração do Plano Plurianual 2016–2019, ponto destacado por Wellington Fagundes (PR-MT), que propôs a audiência pública.

O Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) foi o responsável por avaliar o processo de participação no PPA. Segundo Carmela Zigoni, pesquisadora da entidade, o monitoramento ocorreu por meio de reuniões do Fórum Interconselhos e de uma agenda de acompanhamento. Não existia nenhuma participação popular na discussão dessa lei orçamentária até 2003.

Apesar da evolução, a pesquisadora listou aspectos que ainda são fundamentais para aperfeiçoar o processo.

— Que seja institucionalizada a participação social, mas que também sejam construídos outros espaços. Ampliação e regionalização da



Generaldo/Mangalá/Agência Senado

Para Capiberibe (2ª a dir.), Brasil ainda sofre com elevados índices de corrupção

participação, incorporação de demandas sociais nas metas, não somente no discurso.

Especialista em política social, Daniel Pitangueira de Avelino afirmou que o Brasil se destaca no contexto internacional de participação popular. O país ocupa a 12ª posição no índice de dados abertos da organização Open Knowledge International. O próprio Fórum Interconselhos foi referência internacional em 2014 pela experiência em inovação social.

João Capiberibe (PSB-AP) ressaltou que, mesmo sendo destaque no quesito transpa-

rência, o Brasil ainda sofre com altos índices de corrupção.

— Para, de fato, exercermos o controle da corrupção, do desvio da contribuição do cidadão, vai ser necessário construir uma inteligência coletiva orçamentária, começando pela aplicação do recurso. Temos que informar a coletividade, aquela que é diretamente beneficiada pela ação pública.

O diretor-executivo da Transparência Brasil, Manoel Galdino, reforçou que é necessário garantir inclusão digital e informação para os cidadãos.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CI Gás natural**
8h30 Audiência interativa sobre o modelo do mercado brasileiro de gás natural.
- CAS Fibromialgia**
9h Audiência sobre a fibromialgia.
- CDR Mobilidade urbana**
9h A comissão pode votar o PLC 22/2016, que estende o prazo de apresentação de planos de mobilidade, e mais 6 itens.
- PRESIDÊNCIA Maria da Penha**
9h30 Renan Calheiros preside sessão do Congresso sobre os dez anos da Lei Maria da Penha; às 11h30, se reúne com o presidente do STF, Ricardo Lewandowski, e líderes partidários; às 12h, recebe Maria da Penha Fernandes, que dá nome à lei; e às 16h, dirige a ordem do dia.
- CCI Imposto sobre heranças**
10h A comissão pode votar a PEC 96/2015, que trata do imposto sobre grandes heranças e doações, e mais 40 itens.
- CRE Embaixadores e Abin**
10h Sabatina de embaixadores para a Colômbia; China e, cumulativamente, Mongólia; e Itália e, cumulativamente, Malta e San Marino. Às 14h, sabatina do indicado para diretor-geral da Abin.
- CDH Adoção**
11h Na pauta, o PLS 531/2013, que facilita o processo de adoção, e mais 21 itens.
- PLENÁRIO Desvinculação de receitas**
14h A PEC 31/2016, que desvincula receitas da União, estados e municípios, passa pela última sessão de discussão e pode ser votada.
- AGENDA BRASIL Agências reguladoras**
14h30 A comissão especial analisa o PLS 52/2013, que trata da Lei Geral das Agências Reguladoras; o PLS 559/2013, que moderniza a Lei de Licitações e Contratos; e o PLS 186/2014, sobre a exploração de jogos de azar.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>
• Alô Senado: 0800 612211
Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/cidadania
• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
• TV: senado.leg.br/TV



Prédio da embaixada brasileira nos Estados Unidos, em Washington: eleições americanas foram discutidas em sabatina

EUA, ONU e União Europeia terão novos embaixadores

Nomes escolhidos pela Presidência da República foram aprovados ontem em Plenário. Formados em direito, os diplomatas indicados já assumiram outras embaixadas e dois deles são ex-ministros

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem três indicações de diplomatas para assumir embaixadas. Sérgio Amaral será embaixador nos Estados Unidos, Everton Vieira Vargas vai para a representação do Brasil na União Europeia (UE) e Mauro Vieira assumirá a representação na Organização das Nações Unidas (ONU).

Os três nomes indicados pela Presidência da República já haviam sido aprovados semana passada pela Comissão de Relações Exteriores (CRE). As indicações seguem para promulgação.

Na sabatina na CRE, Sérgio Amaral, aprovado em Plenário por 36 votos a favor e 9 contrários, comentou a possibilidade de o empresário Donald Trump ser eleito presidente dos Estados Unidos. Para Amaral, o crescimento de Trump, que venceu as prévias do Partido Republicano numa disputa contra diversos nomes tradicionais da legenda, é fruto de um “mal-estar” que tomou conta de parte da opinião pública norte-americana, fruto do aumento da desigualdade social provocado, entre outros fenômenos, pela globalização.

O diplomata nasceu em São Paulo (SP), em 1944. É graduado em direito e ciências sociais pela Universidade de São Paulo e em ciência política pela Universidade de Paris I.

Amaral entrou para a carreira diplomática em 1971, foi porta-voz da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, de 1995 a 1999, e ministro do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior, de 2001 a 2002.

Acordo comercial

Atual embaixador na Argentina, Everton Vieira Vargas vai

agora assumir a representação brasileira na União Europeia, cuja sede fica em Bruxelas, na Bélgica.

O indicado, que já atuou na Missão junto à ONU e foi embaixador no Japão e na Alemanha, foi aprovado ontem com 43 votos favoráveis, 5 contrários e 2 abstenções.

O possível acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia foi uma das questões mais abordadas pelos senadores durante sabatina de Vieira Vargas na CRE. O diplomata deixou claro que o bloco sul-americano espera que os europeus melhorem “substancialmente” a proposta que apresentaram no capítulo agrícola.

Mercado agrícola

A União Europeia, disse, ainda não incluiu nas negociações produtos como etanol, açúcar bruto e carne bovina. Ele também reiterou que interessa ao Brasil e ao Mercosul estimular a base industrial, em vez de “destruí-la” em nome de um acordo com os europeus.

Vieira Vargas destacou o “aferramento” que o bloco europeu tem por sua “política agrícola comum”. São investidos 38% de seu orçamento nesse setor, disse, num montante que chegará a cerca de 410 bilhões de euros entre 2014 e 2020.

O diplomata ressaltou que o bloco europeu, se tomado em conjunto, é o maior investidor no mercado brasileiro. O estoque já supera 343 bilhões de euros, o que torna o Brasil o terceiro maior destino do dinheiro europeu em todo o mundo.

Vieira Vargas é formado em direito pela Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal, obteve o título de

Master of Arts in International Relations pela Universidade de Boston, nos Estados Unidos, e conquistou o título de doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília.

Nações Unidas

A representação do Brasil na ONU será agora assumida por Mauro Vieira. A indicação do diplomata, que foi ministro das Relações Exteriores do governo Dilma Rousseff entre 2015 e 2016, foi aprovada pelo Plenário por 45 votos a favor, 3 contrários e 1 abstenção.

Bacharel em direito pela Universidade Federal Fluminense, Vieira também foi secretário de modernização administrativa e secretário-geral-adjunto do Ministério da Ciência e Tecnologia. Já no exterior, além de embaixador nos Estados Unidos e na Argentina, foi ministro-consultor na embaixada na França e conselheiro na embaixada no México.

Na sabatina na CRE, Vieira falou da ambição histórica do Brasil em fazer parte do Conselho de Segurança da ONU de forma permanente. O diplomata disse acreditar que as discussões sobre a reforma do conselho, que ele admite serem “extremamente complexas”, podem ser aprofundadas durante a Assembleia Geral da ONU deste ano, uma vez que, pela primeira vez na história, o texto de negociação foi transmitido de uma assembleia (a do ano passado) para outra.

Para Vieira, já existe a consciência internacional de que o Conselho de Segurança precisa de uma reformulação, por refletir até hoje um cenário estabelecido quando da criação da ONU (1945), após a 2ª Guerra Mundial e no contexto da Guerra Fria.

Impasse no Mercosul provoca divergência entre senadores

Um requerimento de voto de aplauso ao governo brasileiro pela decisão de não reconhecer a presidência da Venezuela no Mercosul causou polêmica na sessão plenária de ontem.

Após questionamento de Gleisi Hoffmann (PT-PR), a votação do requerimento, apresentado por José Aníbal (PSDB-SP), foi adiada por não constar da pauta.

A presidência do Mercosul é exercida de modo rotativo, em mandatos de seis meses, por seus cinco membros: Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela. No fim de julho, encerrou-se o mandato do presidente do Uruguai, Tabaré Vazquez, que passaria o cargo ao presidente da Venezuela, Nicolás Maduro.

Brasil, Argentina e Paraguai, no entanto, opuseram-se à transmissão do cargo a Maduro, criando um impasse que segue sem solução. A alegação dos três países é de que a Venezuela vive um momento de turbulência e registra violações das regras democráticas.

Aníbal afirmou que a decisão do governo brasileiro está de acordo com os instrumentos jurídicos do Mercosul. O senador citou, também, relatórios sobre possíveis violações de princípios democráticos e direitos humanos na Venezuela. Ronaldo Caiado (DEM-GO) acrescentou que a Venezuela, ao contrário dos demais membros do Mercosul, é convidada no bloco.

Já Roberto Requião (PMDB-PR) criticou a postura do governo interino de Temer e citou notícia de que o ministro das Relações Exteriores, José Serra, teria tentado “comprar o voto” do Uruguai contra a presidência da Venezuela. Ele mencionou declaração do

chanceler uruguaio, Rodolfo Nin, reproduzida pelo jornal *El País*, indicando que Serra teria dito que, se o Uruguai não transmitisse o cargo à Venezuela, poderia obter benefícios em negociações comerciais com países da África e o Irã.

— Serra conseguiu um atrito com o Uruguai tentando negociar um voto, o que é uma vergonha absoluta para a história da chancelaria brasileira. Quero, como presidente da Delegação Brasileira no Parlasul [Parlamento do Mercosul], pedir desculpas ao Uruguai — disse Requião.

Política externa

Aécio Neves (PSDB-MG) defendeu Serra, a quem elogiou por estar mudando a condução da política externa, “fazendo jus inclusive à tradição histórica brasileira, violentada ao longo dos últimos anos por uma condução absolutamente equivocada”.

Relatando ter entrado em contato com Serra durante a sessão, Tasso Jereissati (PSDB-CE) disse que o chanceler desmentiu enfaticamente a notícia publicada pelo jornal uruguaio.

Fátima Bezerra (PT-RN) acusou Serra de promover a “internacionalização do golpe” (referindo-se ao afastamento de Dilma) contra as regras democráticas. Lindbergh Farias (PT-RJ) também acusou Serra de “ideologizar” as relações internacionais e desrespeitar o princípio da autodeterminação dos povos.

Magno Malta (PR-ES) aplaudiu a atitude do governo brasileiro contra Maduro, lembrou atritos anteriores com os países vizinhos e disse que Lula e Dilma cederam aos interesses da Venezuela e da Bolívia.

Humberto quer ouvir Serra sobre denúncia de compra de voto do Uruguai

Humberto Costa (PT-PE) apresentou, à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, requerimento de convocação do ministro das Relações Exteriores, José Serra. O senador quer que Serra diga se é verdadeira a notícia veiculada no Uruguai de que ele teria tentado comprar votos contra a Venezuela no Mercosul.

— Parece gravíssimo. Foi uma denúncia feita por nada menos do que o ministro das Relações Exteriores do Uruguai, Rodolfo Nin Nova.

Brasil busca solução construtiva para caso da Venezuela, diz José Aníbal

O governo brasileiro busca solução construtiva para a presidência temporária do Mercosul, segundo José Aníbal (PSDB-SP). Ao Brasil, disse, interessa um bloco fortalecido e atuante, “sob a presidência de um país que tenha cumprido os requisitos mínimos para o exercício da democracia, e que seja capaz de liderar o processo de integração comercial em curso”. Sobre denúncias feitas em jornal do Uruguai sobre José Serra, Aníbal disse que o Brasil busca ter as melhores relações com o país.



Waldemir Brito/Agência Senado



Marcos Mattiz/Agência Senado

PEC que limita gastos públicos e cria novo regime fiscal divide debatedores

Para o governo, ajuste é necessário à sustentabilidade fiscal, mas economistas temem que cortes em investimentos prejudiquem crescimento

REPRESENTANTES DO GOVERNO e economistas apresentaram ontem, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), visões diferentes dos resultados esperados com a proposta de emenda à Constituição que institui o novo regime fiscal. Ao fim do debate, Cristovam Buarque (PPS-DF), um dos autores do requerimento para a audiência, sugeriu à presidente da CAE, Gleisi Hoffmann (PT-PR), a elaboração de uma proposta alternativa à PEC 241/2016, em análise por comissão especial da Câmara dos Deputados.

Para o secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Mansueto Almeida, a proposta faz “um ajuste fiscal sustentável”. Já o professor Pedro Linhares Rossi, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), disse que a PEC impõe um projeto “incompatível” com a Constituição.

Assessor especial do ministro da Fazenda, Marcos Mendes afirmou que limites para despesa, como o previsto na PEC, acompanhados de melhoria na gestão das finanças públicas, estimulam um melhor padrão de gastos e funcionam melhor que metas de superavit fiscal.

Entretanto, o economista Felipe Rezende, da Hobart and William Smith Colleges, nos Estados Unidos, advertiu que, com as novas regras, o governo perde importantes “armas contracíclicas” para enfrentar a queda dos gastos privados na recessão. Ele disse que as regras propostas limitam substancialmente os investimentos

públicos nos próximos anos. Com isso, o governo abre mão da possibilidade de ampliar o emprego privado por meio de obras de infraestrutura.

Para Mansueto, o desafio é transformar um déficit primário de R\$ 170,5 bilhões — 3,7% do PIB — em um superavit. Para ele, não é possível atingir esse resultado em um ou dois anos, depois de uma forte recessão. A velocidade do ajuste fiscal dependerá também da recuperação da receita primária do governo, que perdeu quase dois pontos do PIB de receita de 2011 a 2016, avaliou.

Para Rossi, as novas regras deverão provocar “um acirramento do conflito distributivo dentro do Orçamento”, possibilidade saudada por Cristovam.

O professor considerou difícil o cumprimento do limite de gastos estipulado pela proposta, que classificou de “mito da contração fiscal expansionista”. Segundo ele, o corte de gastos leva a uma queda de crescimento, que, por sua vez, alimenta a queda na arrecadação, que gera piora no resultado fiscal.

Validade de 20 anos

Encaminhada pelo governo interino de Michel Temer ao Congresso em 15 de junho, a PEC 241/2016 prevê a fixação de limite para despesas públicas federais dos três Poderes e determina que o aumento dos gastos da União não poderá exceder os do ano anterior, corrigidos pela inflação do período. Se aprovado pelo Congresso, o novo regime fiscal entrará em vigor no próximo ano, com validade de 20 anos.



Gleisi Hoffmann conduz o debate sobre o regime fiscal proposto pelo governo

A regra é a atualização pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) da despesa do ano anterior e a aplicação do resultado como o limite para o ano corrente.

Lindbergh Farias (PT-RJ) previu que, se a PEC for aprovada, o país terá “20 anos de crescimento pífio”. O senador criticou a fixação do teto apenas para o gasto primário, o que exclui os juros pagos pelo governo na captação de recursos com a colocação de títulos no mercado.

A PEC veda ao Poder ou órgão que descumprir o limite de despesas a concessão de melhorias na remuneração de servidores, a criação de cargos e a realização de concurso público. Se o Poder que desrespeitar o limite for o Executivo, a despesa com subsídios e subvenções econômicas não poderá superar aquela realizada no exercício anterior, e incentivos fiscais não poderão ser concedidos ou ampliados.

Um dos pontos mais questionados refere-se aos recursos destinados à saúde e à educação. Hoje, pela Constituição, os

recursos da saúde correspondem obrigatoriamente a 15% da receita corrente líquida da União e os da educação, a 18% da receita de impostos.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse que o ajuste não atinge o mercado financeiro e que a visão de “Estado mínimo” embutida na proposta prejudica os mais pobres. Para Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), entretanto, “não há contradição entre a busca da sustentabilidade fiscal do Estado e a Constituição”.

José Aníbal (PSDB-SP) julgou essencial contribuir para que o governo recupere a credibilidade da gestão pública. Roberto Muniz (PP-BA) lembrou que há mais de 30 mil obras paralisadas no país. A solução, para ele, é estabelecer indicadores de desempenho capazes de assegurar a qualidade do gasto.

Fátima Bezerra (PT-RN) apontou incompatibilidade da proposta com as metas do Plano Nacional da Educação. Mendes respondeu que a lei expressa “um rol de desejos” e foi aprovada sem a garantia de recursos.

Avança MP que extingue 10 mil cargos no governo

A medida provisória que extinguiu 10.462 cargos comissionados no Executivo foi aprovada ontem pela comissão mista que analisa o texto. Destinados a funções de direção, chefia e assessoramento, eles são de livre nomeação e exoneração pelas autoridades responsáveis, sem necessidade de concurso público. A MP 731/2016, que segue para a Câmara, também permite que o Executivo substitua esses cargos por funções de confiança privadas de servidores efetivos.

Para efetivar a extinção dos cargos, o Executivo passou a editar decretos presidenciais aprovando as novas estruturas regimentais ou estatutárias dos órgãos nos quais forem alocadas as funções de confiança. O governo alega que a medida faz parte do processo de profissionalização da administração federal, o que abrange a redução de cargos para servidores sem vínculo e o privilégio à meritocracia no serviço público. Além disso, argumenta o governo, haverá redução de despesas de pouco mais de R\$ 250 milhões ao ano.

A MP foi votada na forma de projeto de lei de conversão apresentado pelo relator, deputado Hildo Rocha (PMDB-MA). Ele incorporou 12 emendas de parlamentares, que desfazem a revogação total de algumas leis de organização administrativa de órgãos, estabelecida pela MP. A revogação passa a ser apenas parcial.

A MP tem validade até 7 de outubro e está em regime de urgência.

Paim: cobrar dívida resolveria deficit da Previdência

Paulo Paim (PT-RS) citou artigo em que ele e o presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, Wilson Antonio Romero, mostram “a farsa que é o discurso de que a Previdência é deficitária”.

Ele afirmou que basta o governo cobrar as dívidas tributárias de grandes devedores para sanear contas. Segundo o senador, a seguridade seria superavitária com a cobrança.

— É mais de R\$ 1,5 trilhão de dívida atualizada, que é só ir para cima e cobrar.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Segundo Ângela, reforma vai limitar direito trabalhista

A proposta de reforma trabalhista em discussão no governo vai tornar precárias as relações de trabalho e restringir direitos, disse Ângela Portela (PT-RR).

Segundo a senadora, direitos como fundo de garantia, férias e 13º salário podem ser flexibilizados, com a desculpa “falsa” de que isso vai criar empregos. Para Ângela, as propostas que fazem parte do ajuste fiscal (PLS 257/2014 e PEC 241/2016) só vão gerar arrocho salarial do servidor e o cancelamento de progressões estatutárias.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Brasil precisa “sair das amarras”, diz José Medeiros

O governo interino de Michel Temer pretende implementar avanços nas relações trabalhistas, disse José Medeiros (PSD-MT). Segundo o senador, as mudanças não se darão em prejuízo dos trabalhadores.

— Elas serão feitas de forma a romper com as amarras que prejudicam o próprio emprego e a competitividade do Brasil. O mundo evolui. Precisamos evoluir, por exemplo, para um modelo de prestação de serviço em nível mundial, em que a gente possa concorrer com países como a Índia.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Alvaro pede rigor contra fraudes em fundos de pensão

Alvaro Dias (PV-PR) cobrou uma legislação mais rigorosa para inibir as fraudes em fundos de pensão de servidores. Segundo o senador, a Polícia Federal investigou fundos de investimentos abertos a todo o mercado, mas que recebiam apenas aplicações de dinheiro ligado aos fundos de pensão municipais e estaduais. Com a apuração, descobriu-se que essas aplicações eram de risco e pouco rentáveis, mas os gestores de vários fundos recebiam comissão ao investir nelas, por sugestão de organizações criminosas.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Raupp apoia ações econômicas do governo Temer

A política do governo interino de Michel Temer já começa a resultar em indicadores de recuperação econômica, segundo Valdir Raupp (PMDB-RO). O senador elogiou as iniciativas em apoio ao setor produtivo. Na opinião dele, é indispensável promover o crescimento da economia e elevar as exportações para enfrentar a grave crise que o Brasil atravessa.

— O aumento da produtividade e da competitividade da indústria brasileira é fator essencial para combater a inflação e desemprego.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Projeto sobre contratações em convênios vai à Câmara

Senado aprovou proposta determinando que, nos acordos da administração pública direta, autárquica e fundacional, o plano de gestão de recursos humanos poderá prever contratos temporários de pessoal

O SENADO APROVOU ontem um projeto que abre a possibilidade, na Lei de Licitações, de contratação de pessoal por tempo determinado em convênios, acordos e ajustes dentro do governo.

O texto (PLS 490/2015), que teve origem na Comissão Especial para o Aprimoramento do Pacto Federativo, segue agora para a Câmara dos Deputados.

A mudança torna obrigatória a inclusão de um plano de gestão de recursos humanos dentro do plano de trabalho que embasa os convênios, acordos e ajustes firmados entre entes ou órgãos das administrações públicas federais, estaduais ou

municipais.

Em alguns casos, esse plano de gestão poderá estabelecer a contratação de pessoal por tempo determinado, apenas até o final do convênio. Trata-se de uma autorização legal para casos de necessidade temporária de excepcional interesse público.

O projeto abre essa possibilidade para entidades da administração pública direta (ministérios e secretarias) e para autarquias e fundações.

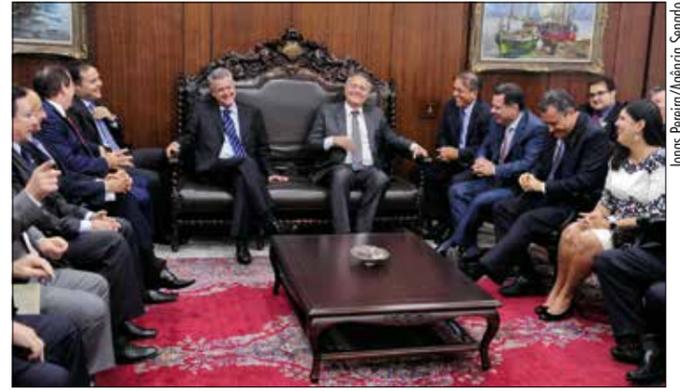
Flexibilidade

A justificativa é que essa permissão torna mais flexível a execução dos convênios, uma vez que não será mais

necessário criar uma estrutura administrativa apenas para as contratações temporárias necessárias e que não teria mais utilidade no futuro.

Pela proposta, cada ente federativo deve estabelecer em lei própria os requisitos específicos para as contratações por tempo determinado.

O relator, Antonio Anastasia (PSDB-MG), recomendou a aprovação do projeto. Para o senador, “o texto traz flexibilidade para que se possa realizar a execução coordenada de políticas públicas, sem o risco de cristalizar uma estrutura administrativa que poderá não mais ser exigida após o término do convênio”.



Renan (ao centro, ao lado de Rollemberg) em reunião com governadores

Senado auxiliará estados na renegociação de dívida com União

O presidente do Senado, Renan Calheiros, vai intermediar discussão entre governadores e o presidente interino Michel Temer para buscar maior equilíbrio na renegociação das dívidas dos estados com a União. Renan reuniu-se ontem com governadores de oito estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que reclamaram da falta de isonomia nas relações econômicas entre a União e seus entes federados. Depois, todos seguiram para uma reunião com Temer.

— Há grande preocupação de que a renegociação da dívida, por si só, não garanta equilíbrio federativo. Fiz proposta para que conversássemos com o presidente da República e abrissemos diálogo permanente até encontrarmos uma solução — explicou Renan.

Os governadores presentes à reunião disseram entender que a renegociação das dívidas beneficiou mais os estados do Sul e do Sudeste.

— Os do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste foram pouco beneficiados e muitos deles estão em dificuldades financeiras até maiores. Reconhecemos essa negociação como um avanço importante, mas há entendimento de que nós devemos garantir equilíbrio no tratamento aos estados — afirmou o governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg.

O governador de Mato Grosso, Pedro Taques, destacou diferenças na distribuição dos Fundos de Participa-

ção dos Estados (FPE) e de Fomento a Exportações (FEX) entre os grupos regionais. Ele disse que isso deveria ter pesado nas tratativas de renegociação das dívidas, o que não aconteceu.

— Os estados do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste não passam de um departamento da União, e isso não é Federação. Esses estados recebem menos FPE e FEX, e o tratamento tem que ser, portanto, diferenciado. Temos 28% da população e o que será negociado chega a 9% apenas — criticou.

Fontes de recursos

Para o governador de Alagoas, Renan Filho, pode ser necessário discutir novas fontes de recursos para os estados prejudicados, como autorizações para obter novos créditos com a União. Ele ressaltou que todas as ideias serão debatidas entre os governadores e Temer.

— Estamos pleiteando somente decisões que possam beneficiar todo o país de maneira equânime e permitir que todos os estados enfrentem a crise de cabeça erguida. O Brasil é um só: ou sairemos todos juntos da crise ou ficaremos todos juntos nela — sublinhou.

Além de Rollemberg, Taques e Renan Filho, participaram da reunião os governadores Marconi Perillo (GO), Tião Viana (AC) e Wellington Dias (PI) e os vice-governadores Lúcia Feliciano (PB) e Papaléo Paes (AP).



Senadores participam da sessão do Plenário em que aprovaram mudança na Lei de Licitações para flexibilizar contratações

Plenário analisa venda de direitos sobre créditos

Está na pauta de hoje do Plenário a discussão, em turno único, do projeto de lei complementar que permite à administração pública vender para o setor privado os direitos sobre créditos de qualquer natureza. A permissão vale para todos os entes da Federação e busca aumentar a arrecadação da União, dos estados e dos municípios. O projeto (PLS 204/2016 — Complementar) pode ser votado ainda hoje.

Ontem o senador Paulo Bauer (PSDB-SC) apresentou, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), um texto substitutivo ao projeto, pois acatou totalmente as duas emendas apresentadas pelo senador José Aníbal (PSDB-SP) e parcialmente outras duas emendas: uma de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e outra de Aécio Neves (PSDB-MG).

Bauer afirmou que a futura lei vai permitir que União, estados e municípios deem “um

passo à frente” nos problemas de queda de arrecadação dos últimos anos causados pela crise financeira.

O autor do PLS, senador licenciado José Serra (PSDB-SP), argumenta que a cessão de direitos creditórios para pessoas jurídicas privadas já é praticada por algumas administrações e garantida por legislações estaduais e municipais, mas necessita de maior segurança jurídica.

Reforço no caixa

Serra explica que a prática de desfazer de créditos sem liquidez reforça o caixa das unidades federativas e é especialmente importante no período atual, em que elas enfrentam queda significativa de arrecadação, em virtude da crise econômica.

De acordo com o texto, a venda dos direitos não pode alterar as condições de pagamento já estabelecidas para o

crédito e nem transferir para o setor privado a prerrogativa de cobrança judicial, que deve permanecer com o poder público. Os créditos cedidos não precisam estar inscritos na dívida ativa, mas devem corresponder a operações definitivas e ser efetivamente reconhecidos pelo devedor, por meio da formalização de parcelamento. Além disso, a operação não pode acarretar nenhum compromisso financeiro para a administração pública, como a eventual responsabilização pelo pagamento futuro.

Serra (que se licenciou para assumir o Ministério das Relações Exteriores) estima que a União pode obter receita de mais de R\$ 110 bilhões com a cessão de direitos sobre créditos. Ele calcula que o impacto para estados e municípios seria “igualmente relevante”, com base em operações já realizadas.

Internet não tem qualidade, dizem especialistas

Segundo participantes de audiência pública, acesso universal a banda larga eficiente é fundamental para o desenvolvimento eletrônico, científico e econômico do Brasil

O BRASIL POSSUI níveis elevados de conectividade móvel, mas isso não tem se traduzido em acesso à internet banda larga, à digitalização e aos benefícios que a era digital pode proporcionar. O panorama foi apresentado ontem por especialistas durante audiência pública da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

Segundo o presidente da World Information Technology and Services Alliance (Witsa), Santiago Gutiérrez, a conectividade está ligada à inovação e ao desenvolvimento econômico. Segundo ele, já se provou a elevação de 0,9 a 1,5 ponto percentual no produto interno bruto (PIB) dos países a cada aumento de 10% de banda larga.

Gutiérrez disse que o Brasil tem bons índices de conectividade, com 1,07% de conexões telefônicas móveis por habitante, mas a qualidade da internet é baixa, o que afeta a digitalização. Para ele, é a digitalização que permite o desenvolvimento eletrônico, a fabricação de equipamentos e a nanotecnologia, entre outros.

— A digitalização tem a ver com inteligência artificial, internet das coisas, computação. Chamamos isso de sociedade inteligente e reconhecemos que o início dessa quarta revolução vai mudar a forma como vivemos.

Leis e negócios

Além da baixa inserção de banda larga, o Brasil não avança por ter um ambiente regulatório fraco, segun-

do o diagnóstico de líderes mundiais do setor, lido por Gutiérrez.

O ambiente de negócios também é considerado como um dos mais fracos do mundo, o que diminui o capital para investimento. Até as compras governamentais baixas influenciam, o que demonstra pouco apoio do governo à agenda da Inteligência Competitiva Tecnológica (ICT).

Ele sugeriu que o país ajuste a política pública para o setor, com mais inserção da banda larga, e que o governo lidere o uso da conectividade.

Produtividade

Para o representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Marcus Vinícius de Souza, a conectividade e a economia digital têm enorme impacto na produtividade. Mas, para isso, é preciso investimento, legislação e ambiente de negócio.

— Se o Brasil quiser deixar de ser um país exportador de commodities, a questão de conectividade é crítica. Na sociedade do conhecimento, a questão de banda larga disponível a custo acessível e de alta qualidade tem a mesma importância que estradas, portos, saneamento, água e energia — avaliou.

O representante do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, André Borges, pediu que o Congresso aprove o Projeto de Lei (PL) 3.453/2015, que tramita na Câmara, e o Projeto de Lei do Senado (PLS) 226/2016,



Hélio José (3º à dir.) entre os debatedores, que pediram o aperfeiçoamento da legislação que rege o setor de internet

de Jorge Viana (PT-AC).

O primeiro prevê o fim das concessões de telecomunicações, transformando-as em autorizações, o que, em tese, resultaria em mais investimentos no setor. Já o PLS retoma os artigos vetados do Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação, para dar mais segurança jurídica aos investidores em pesquisa e inovação no país.

Infraestrutura

Já Leonardo Euler, da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), lembrou a pressão sobre a infraestrutura por causa do consumo e da produção crescentes de informação pela internet.

Além disso, ele apontou a importância de atualizar o marco legal de um setor tecnologicamente tão dinâmico

quanto o de telecomunicações, garantindo segurança jurídica, segurança cibernética e proteção aos dados pessoais.

— Precisamos de uma solução que atraia investimentos e dinamize o setor, que signifique uma solução de política pública regulatória equilibrada e que possamos inserir a banda larga no centro da política pública — opinou.

Saúde e educação

Os debatedores também discutiram o impacto da conectividade na saúde, na educação e no desenvolvimento econômico.

Como sugestão de ação, Jeovani Salomão, presidente da Federação das Associações das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação, pediu aos senadores que direcionem recursos orça-

mentários para Projeto Startup Brasil, do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Na opinião dele, se a tecnologia é importante para a saúde e a educação, recursos da saúde deveriam ser direcionados para a pesquisa em ciência, tecnologia e inovação, para encontrar soluções que beneficiem os dois setores.

— Para se ter uma ideia, há um estudo da OCDE [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico] que mostra que a sustentação de empregos nas startups é muito maior do que nas empresas tradicionais. Esse tipo de empresa gera mais empregos e os sustenta mais, inclusive num momento de crise — assegurou.

A reunião foi presidida por Hélio José (PMDB-DF).

Comissão debaterá organização das Olimpíadas e atuação dos atletas

Por solicitação de Telmário Mota (PDT-RR), a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) fará, após as Olimpíadas, uma audiência pública com o objetivo de avaliar os Jogos no Rio de Janeiro do ponto de vista da organização do evento e do desempenho brasileiro em termos esportivos.

Foram convidados para a audiência o ministro do Esporte, Leonardo Picciani, o presidente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), Carlos Arthur Nuzman,

o ministro da Defesa, Raul Jungmann, e os atletas Diego Hypolito (medalha de prata na ginástica artística), Rafaela Silva (ouro no judô) e Felipe Wu (prata no tiro com pistola). A data da audiência ainda não foi marcada.

Telmário disse ser preciso contribuir para uma melhor estruturação do esporte no Brasil visando ao próximo ciclo olímpico, que culminará nos Jogos de Tóquio, em 2020.

— Todos os nossos atletas estão de

parabéns, mas precisamos discutir as políticas de incentivo que adotamos e o retorno que elas têm dado — disse o senador.

Para ele, o desempenho brasileiro nas Olimpíadas ainda está muito aquém do potencial, sendo importante aprofundar as discussões sobre incentivos financeiros, condições de treinamento e as políticas públicas para o esporte.

O desempenho dos brasileiros nas Olimpíadas, ganhando medalhas

ou não, foi elogiado pelos senadores Romário (PSB-RJ), presidente da CE, Paulo Paim (PT-RS) e Fátima Bezerra (PT-RN). Fátima também elogiou o ex-presidente Lula por ter cumprido “papel diplomático fundamental” quando o Rio venceu a disputa para sediar os Jogos, em 2009, e a presidente afastada Dilma Rousseff, pela organização dos Jogos desde 2011, em parceria com o governo do estado do Rio de Janeiro e com a prefeitura da capital fluminense.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer
Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvío Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana
Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão
Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Serviço auxiliar em aeroportos divide opiniões

Audiência da comissão que avalia o novo Código de Aeronáutica discutiu o papel da regulamentação estatal sobre empresas que prestam serviços de apoio no transporte aéreo

A NECESSIDADE DE licenciamento prévio para empresas que prestam serviços auxiliares de transporte aéreo foi tema, ontem, de audiência pública da comissão de senadores que avalia a atualização do Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA), com base no Projeto de Lei do Senado (PLS) 258/2016. A tendência no debate foi por maior regulamentação estatal.

São as empresas auxiliares que executam atividades de apoio como serviços de pista nos aeroportos, limpeza de aeronaves e até check-in, entre outras tarefas. A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) regulamenta as atividades, mas desde 2009 deixou de emitir licença específica de funcionamento para as empresas.

Pelo PLS 258, a atividade passa a depender de prévia comunicação à administração do aeroporto, mas com a ressalva de que não estão excluídas autorização, certificação e

homologação pela autoridade competente, “quando for o caso”. Ou seja, não há exigência absoluta de licença prévia.

O presidente da Associação Brasileira das Empresas de Serviços Auxiliares do Transporte Aéreo, Ricardo Aparecido Miguel, foi um dos que defenderam a volta do licenciamento. Ele ressaltou que, pela Constituição, os serviços de infraestrutura aeroportuária dependem de autorização, concessão e permissão. As atividades de apoio devem estar sujeitas às mesmas exigências, avaliou, explicando que, apesar da posição da Anac, o código ainda prevê necessidade de licenciamento prévio.

O superintendente de Infraestrutura Aeroportuária da Anac, Fábio Rabbani, disse que as reformas na aviação civil foram adotadas para atender expectativas por maior desregulamentação. Por isso, disse ver com surpresa ma-



O presidente da comissão, Vicentinho Alves (3º à dir.), e o relator, Maranhão (2º à dir.), com os participantes do debate

nifestações por “mais regulamentação”. Ele afirmou que a agência não está se isentando de regular a questão, “mas na linha da flexibilidade”.

Segurança

Para o presidente da Junta de Representantes das Companhias Aéreas Internacionais do Brasil, Robson Bertolossi, a certificação das empresas deve ser obrigatória, como na maior

parte do mundo. O superintendente de Desenvolvimento Aeroportuário da Infraero, Tércio de Barros, também defendeu a obrigatoriedade, principalmente em razão da demanda cada vez maior por segurança.

Porém, o representante da Associação Brasileira de Empresas Aéreas, Victor Celestino, apoiou uma regulamentação mínima. Para ele, a flexibilidade de oferta e maior liberdade

de escolha são importantes para conter o aumento dos custos operacionais do setor.

O relator da comissão, José Maranhão (PMDB-PB), propôs que o texto do novo código não traga regras excessivamente detalhadas sobre os temas a serem tratados. Para o senador, pormenores do funcionamento de serviços devem ser reservados às normas regulamentadoras administrativas.

Agentes de trânsito pedem apoio para porte funcional de arma de fogo

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem o presidente da Associação dos Agentes de Trânsito do Brasil (AGT Brasil), Antônio Coelho, e outros representantes da categoria. Eles pediram que seja votado em Plenário projeto que autoriza o porte funcional de arma de fogo para os agentes de trânsito (PLC 152/2015). Também participaram do encontro José Medeiros (PSD-MT) e Cassio

Cunha Lima (PSDB-PB).

— Só podem usar [arma de fogo] em serviço, quando estão fardados representando o estado — explicou Cássio, ao informar que o texto está pronto para votação em Plenário.

Os agentes de trânsito alegam que a medida traria mais segurança a eles e também à população. Renan disse que levaria o pedido para a reunião de líderes. (Da Presidência do Senado)

Extração de ouro no Rio Xingu será tema de debate

A possibilidade de extração de ouro pela empresa canadense Belo Sun, no Rio Xingu, perto da Hidrelétrica de Belo Monte, será discutida em audiência pública na Comissão de Meio Ambiente (CMA).

Reportagem do *Fantástico*, da Rede Globo, veiculada em 19 de junho preocupou Telmário Mota (PDT-RR), autor do requerimento para o debate.

Segundo a reportagem, a empresa espera extrair 150 toneladas de ouro em 17 anos e

já está se instalando na região. No processo de mineração, conforme o *Fantástico*, a empresa usará cianeto, substância tóxica e prejudicial ao meio ambiente, e produzirá rejeitos em volume superior ao armazenado na barragem que se rompeu em Mariana (MG).

Telmário quer saber quais são os benefícios e os riscos do empreendimento. Ele também quer que sejam analisados os impactos para as cidades próximas e para a biodiversidade.

Ele sugere que sejam convidados representantes da Belo Sun, do Ibama, do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), da Funai e da Procuradora-Geral da República, além de especialistas.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) sugeriu que sejam convidados representantes do governo do Pará.

Também por sugestão de Telmário Mota, a CMA vai discutir a reestruturação dos Correios na Região Norte.

Importar peles de animais sem certificação pode ser proibido

Foi aprovado ontem, na Comissão de Meio Ambiente (CMA), substitutivo ao projeto que proíbe a importação de peles de cães, gatos e coelhos, bem como peles de animais selvagens sem origem certificada. O PLC 138/2015 também veda a importação de casacos e outros produtos derivados das peles desses animais. O texto vai ao Plenário.

Ficam fora da proibição peles de animais destinadas

a instituições educativas e científicas, mediante autorização. O substitutivo prevê pena de reclusão de um a três anos mais multa para quem descumprir a norma.

O texto original vedava a importação de peles de chinchilas, o que foi alterado pelo relator, senador Ronaldo Caiado (DEM-GO).

— Não posso negligenciar a indústria de peles de chinchilas no país, devidamente certifica-

da e fiscalizada, instalada aqui há muitas décadas, e que coloca o Brasil como um dos maiores produtores e exportadores mundiais de artigos derivados de chinchilas, empregando muitas famílias — argumentou.

Para movimentar o comércio de peles de animais, que envolve produtos como casacos, adereços, objetos de decoração e animais empalhados, estima-se que 10 milhões de animais sejam sacrificados por ano.

Maus-tratos

Segundo o autor do projeto, deputado Felipe Bornier (PSD-RJ), são frequentes as denúncias de maus-tratos nos criatórios e na extração das peles, principalmente na China.

“Nas fazendas de criação, os animais não são alimentados propriamente, permanecem em pequenas gaiolas, expostos ao clima rigoroso de inverno. As técnicas de captura, confinamento e transporte são

igualmente cruéis. Já os métodos de abatimento envolvem golpes contra o chão, marretadas, além da depelagem do animal ainda vivo”, afirma o autor, na justificativa do texto.

Para Caiado, o projeto ajudará a eliminar o comércio de produtos “vinculados a uma indústria que instiga a tortura contra os animais”. Ele defende a criminalização da prática, que valerá também para quem traz ao país animais sem a autorização de órgãos competentes.

Os senadores Telmário Mota (PDT-RR) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) manifestaram preocupação quanto a possível impedimento ao comércio de pele de animais selvagens provenientes de criatórios autorizados, como jacarés.

Caiado ressaltou que a proposta explícita que a vedação é para animais sem origem certificada e sem autorização dos órgãos competentes.

Cidinho defende recadastramento de agricultores familiares

Cidinho Santos (PR-MT) pediu apoio dos estados ao Incra no recadastramento dos agricultores familiares em todo o Brasil para que eles possam ter acesso ao financiamento da próxima safra.

Segundo o senador, por falta de pessoal capacitado, o Incra não atualizou sua base de dados, o que provocou a suspensão, pelo Tribunal de Contas da União, de milhares de declarações de aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em todo o país, por suspeita de irregularidade. Só em Mato Grosso, foram 66 mil famílias.

Cidinho também defendeu projeto de sua autoria que prevê a renegociação de dívidas de pequenos produtores.



Para Caiado (D), projeto combate comércio de produtos ligados a tortura animal

Plenário aprova nomes de diretores para órgãos na área de transportes

Três técnicos propostos para o Dnit e um para a ANTT passaram por sabatina na Comissão de Infraestrutura e terão as indicações promulgadas

FORAM APROVADAS ONTEM em Plenário três indicações do governo para o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes Terrestres (Dnit) e uma para a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

No Dnit, Halpher Luiggi Mônico Rosa será diretor-executivo, Gustavo Adolfo Andrade de Sá ocupará a Diretoria de Administração e Finanças e André Martins de Araújo assumirá a Diretoria de Planejamento. Mário Rodrigues Júnior vai ocupar o cargo de diretor da ANTT.

Mais cedo, Halpher Luiggi, Gustavo Sá e Mário Rodrigues foram sabatinados pela Comissão de Infraestrutura (CI). André Araújo já havia passado por debate com a comissão no dia 3. As quatro indicações serão promulgadas.



Senador Garibaldi Alves (3º à esq.) dirige a sabatina com Gustavo Andrade Sá, Halpher Luiggi e Mário Rodrigues Júnior

Luiggi é graduado em engenharia civil pela Universidade Federal do Espírito Santo e especialista em logística de transporte. É servidor da ANTT, especialista em regulação. Foi superintendente regional do Dnit e diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Espírito Santo (DER-ES).

Natural de Mato Grosso do Sul, Gustavo Sá é formado em engenharia civil pela Universidade Federal da Paraíba. Com mais de 30 anos de experiência em engenharia rodoviária, exerceu cargos de chefia de seção técnica, de residência de unidade local e de engenharia. Todos os postos vinculados à Superintendência Regional do Dnit na Paraíba. Atualmente é diretor-executivo do órgão.

Na sabatina na CI, ele disse aos senadores que a principal solução para melhorar a infraestrutura viária do país seria uma política de controle de peso dos veículos nas rodovias.

Já André Martins é graduado em engenharia civil pela Universidade Federal da Paraíba, com cursos de formação complementar, como de projetos estruturais de pavimentos, análise de projetos e avaliação e restauração de pavimentos.

Servidor do Dnit desde 2006, exerce atualmente o cargo de

coordenador-geral de Construção de Rodovias. Também já foi coordenador de Análise de Riscos, quando desenvolveu avaliações sobre empreendimentos a serem licitados pelo Regime Diferenciado de Contratações Públicas.

Novo diretor da ANTT, Mário Rodrigues Júnior é engenheiro e especialista em engenharia de transportes. Atual presidente da empresa pública Valec, foi diretor da agência de transportes de 2008 a 2012. Trabalhou de 2000 a 2007 no Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo (DER-SP), onde foi diretor técnico de Licitações e Contratos, e diretor de Engenharia e superintendente.

Na CI, foi questionado sobre um possível impedimento para que assuma o cargo na ANTT, já que é funcionário da Valec. Ele disse não haver conflito de interesses pelo fato de a Valec não atuar no setor de rodovias.

Comissão ouvirá indicado para Diretoria de Infraestrutura Ferroviária do Dnit

A CI deverá sabatar na próxima semana o engenheiro civil Charles Magno Nogueira Beniz, indicado para diretor de Infraestrutura Ferroviária do Dnit. No mesmo dia, a comissão votará parecer favorável de Valdir Raupp (PMDB-RO) sobre a indicação.

Aos 37 anos, Beniz é formado pela Universidade Luterna do Brasil e pós-graduado na área de gestão, auditoria

e perícia ambiental em obras de infraestrutura na Universidade Cruzeiro do Sul, de São Paulo.

Com dez anos de formado, exerceu cargos de fiscalização e gerência. Acompanhou, por exemplo, a execução da Ferrovia Norte-Sul. No momento é gerente de Manutenção Ferroviária e responsável pelo gerenciamento e pela fiscalização dos contratos de manutenção da Valec.

Debatedores apoiam MP que muda concessões no setor elétrico

Participantes de audiência pública ontem no Senado avaliaram positivamente a medida provisória que autoriza a União a transferir empresas de energia elétrica sob seu controle direto ou indireto a consórcio privado vencedor de licitação pelo prazo de 30 anos.

Pelo texto da MP 735/2016, que muda a Lei 12.783/2013, a licitação do serviço está associada à transferência da empresa que já explora os ativos e que pode ser geradora, transmissora ou distribuidora de energia.

Para os convidados ouvidos pela comissão mista encarregada de fazer a análise prévia da MP 735, a medida permite que, em um curto prazo, o setor de energia seja uma alavanca de desenvolvimento para o país.

— Suportar o crescimento do setor com base em recursos do Tesouro, em subsídios, em

repasse de custos aos consumidores e investimentos sem taxa de retorno é um modelo que não serve mais — disse o secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Paulo Pedrosa.

Segundo ele, a pasta tem trabalhado na reorganização do setor de energia elétrica para incentivar a competitividade e o conforto dos consumidores. Melhorar a governança, promoção da eficiência, atração de novos investimentos e garantia de continuidade do serviço oferecido por meio de concessões são medidas que, segundo ele, têm sido buscadas.

Na opinião do deputado Fabio Garcia (PSB-MT), a medida não tem o intuito de privatizar, mas de abordar questões estruturantes para o setor elétrico.

— Não estamos tentando fazer nessa MP uma colcha de retalhos para resolver uma



Pela medida, licitação dos serviços será associada à transferência das empresas

questão específica, causando consequências graves a outras questões. Estamos tratando de forma estruturante.

Trabalhadores

Hélio José (PMDB-DF), que preside a comissão mista, disse ser necessário cuidado com os empregados da empresa que terá o controle transferido da União ao setor privado, de modo que eles tenham os direitos reconhecidos.

O senador demonstrou

preocupação em relação ao preço das tarifas e à manutenção da capacidade de investimento das novas concessionárias.

O diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Romeu Donizete Rufino, elogiou o trecho da MP que retira da Eletrobras a gestão da Conta de Desenvolvimento Energético. A CDE é um fundo proveniente de encargo cobrado nas contas de luz, que banca diversos

Senado cria grupo para fiscalizar obras inacabadas

O Plenário aprovou ontem a criação de uma comissão temporária que vai acompanhar e fiscalizar obras inacabadas financiadas por recursos federais. A iniciativa é de Ataídes Oliveira (PSDB-TO).

— É um rio de dinheiro do povo, do contribuinte, jogado no ralo — disse o senador, que apontou a existência de 20 mil obras inacabadas no país.

A comissão terá nove titulares e nove suplentes e prazo de um ano.

Fornecimento de energia em RR preocupa Telmário

Telmário Mota (PDT-RR) expressou preocupação com o futuro da Companhia Energética de Roraima (CERR), que atende 14 municípios. Segundo ele, o Ministério de Minas e Energia não renovou a concessão da CERR e não definiu um período de transição, o que põe em risco mais de 700 empregos.



Waldemir Barreto/Agência Senado

— Serviço de péssima qualidade, aumento da tarifa energética, não realização de investimento no sistema e aumento dos apagões vão acontecer. Lamentavelmente, essa é a previsão negra que se avizinha.

Maria da Penha Joana Fernanda Tatiana Cíntia Simone Tâmara Joseana Flávia Teresa Socorro Eliane
 Luciana Juliana Mariana Cláudia Cristina Luana Luíza Mônica Ana Sônia Lara Bianca Adriana Carla
 Geórgia Kátia Carmen Sílvia Sandra Marina Lígia Paula Gorete Lúcia Leila Sabrina Rita Mariuza
 Daniela Verônica Beatriz Ângela Jéssica Alice Janaína Laura Rejane Eleonora Veridiana Idalina
 Brígida Carina Priscila Denise Patrícia Camila Elisabeth Júlia Francisca Sofia Izabel Eduarda Larissa
 Talita Dulce Norma Margô Eulália Carlota Ednalva Mercedes Bruna Heloísa Valentina Márcia Rebeca
 Manuela Aline Isadora Catarina Taís Sheila Jaqueline Fabiana Laís Giovana Vanessa Lívia Conceição
 Severina Lorena Cleide Sara Marília Raimunda Antônia Rafaela Vitória Milena Cecília Helena Ester
 Melissa Clara Marcelle Bárbara Raquel Natália Dalila Elisa Valéria Débora Renata Marcela Ilana
 Virgínia Edna Glades Ísis Ágata Alessandra Ingrid Eloá Gabriela Diana Viviane Tainá Neusa Gisele
 Zuleide Adalgisa Lis Eva Sueli Amélia Solange Ludmila Carolina Marlene Samira Tamires Vânia
 Betina Ruth Susana Rosângela Iara Vívian Raiane Cinara Elana Doralice Paulina Rosália Luzinete
 Frida Dilva Valdirene Dirce Eveline Mabel Lindalva Amora Aimê Brenda Nancy Darlene Ramona
 Andressa Graziela Pâmela Mirela **COMO ANDA O PAÍS** Maitê Graça Augusta Gilda Joyce Neide
 Roberta Regina Íris Érica Fátima **DEZ ANOS DEPOIS** Poliana Elisângela Glória Rosana Andréa
 Alzira Jade Nina Míriam Maísa **DA LEI FEITA EM NOME** Marta Olívia Aurora Leilane Clarice Lia
 Betânia Marisa Rosário Liliane **DE TODAS AS MULHERES** Alexandra Marluce Paloma Consuelo
 Irina Ema Zulmira Dolores Maíra Agnes Dandara Cibebe Margarida Iasmin Mércia Keila Lídia
 Samanta Inês Rosa Cristiane Eny Lidiane Morgana Vera Dalva Júnia Araci Lilian Leonor Dinorá
 Cássia Angélica Raíssa Jane Deise Luma Dominique Selma Elis Melina Nádia Célia Késia Marie
 Núbia Evelin Angelina Valquíria Rosilene Clarissa Consolação Soraia Joelma Abigail Vilma
 Lucimar Jussara Shirley Josefa Madalena Dora Vanda Dafne Emília Aparecida Matilde Roseli
 Noêmia Ananda Irene Janete Telma Naomi Anabela Dilma Ivone Celina Elza Eunice Naiara Milene
 Charlotte Rosemeire Leandra Nicole Marli Etiene Cleonice Gláucia Jordana Lourdes Olga Fabíola
 Leide Efigênia Monalisa Flora Meire Nilza Iracema Capitu Emanuele Creuza Sandy Roseane Kênia
 Ariadne Ivana Gleisi Arlete Salete Nair Magda Penélope Lisa Estela Zilda Léia Élide Adelaide Ivonete
 Julieta Lucy Gilmará Benedita Iolanda Odete Rúbia Estefânia Teodora Afrodite Vanusa Muriel
 Mafalda Filomena Eliete Dione Jaciara Regiane Carmo Miranda Margarete Linda Anastácia Nívea
 Iraci Elizete Maristela Edilene Anelise Sebastiana Zélia Hilda Lucilene Leda Daiana Ada Marinalva
 Iva Claudete Adele Violeta Zenilda Jurema Magali Sirlene Graice Nilda Isaura Ivete Cassandra
 Letícia Celeste Antonela Jamile Jandira Serena Bernadete Zenaide Tarsila Cléo Zaira Marilda Ione
 Cora Leoni Branca Potira Antonieta Alda Alba Chiara Janine Pilar Janice Maura Adélia Valesca
 Damiana Amália Nazaré Lucineide Ivy Petra Áurea Elenice Juraci Alcione Berenice Cícera Lídice
 Felícia Ivani Cilmara Guilhermina Geralda Eugênia Damaris Cândida Josefina Quitéria Mirtes
 Valdete Corina Carmita Edileusa Astride Rose Keli Lucélia Elvira Marinete Gertrudes Silvana Luzia

A mulher que inspirou a nova legislação festeja “tempos novos e melhores”



JEFFERSON RUDY/AGÊNCIA SENADO

Maria da Penha tem três filhas e cinco netos, entre eles três meninas

OS DEZ anos da Lei 11.340 reavivaram o interesse pela história da biofarmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, 71 anos. Em 1983, ela viu a vida virar pelo avesso quando sofreu uma tentativa de assassinato por parte do então marido, o economista e professor universitário Marco Antonio Heredia. Ele simulou um assalto e, enquanto Maria dormia, deu um tiro de espingarda nas costas dela, deixando-a paraplégica.

Depois de várias cirurgias, Maria voltou para casa, quando Heredia tentou eletrocutá-la durante o banho, após adular a fiação do chuveiro. Ela foi mantida em cativeiro e só conseguiu deixar a residência graças a uma ordem judicial.

Passados mais de 15 anos, Heredia permanecia livre. Maria levou o caso à Corte Interamericana de Direitos Humanos, que responsabilizou o Estado brasileiro por “negligência, omissão e tolerância”. O processo foi concluído e o agressor, punido, quase 20 anos depois dos crimes. Condenado a oito anos de prisão, ficou só dois em regime fechado.

O país foi levado a adotar uma legislação mais rigorosa. Entidades de defesa das mulheres elaboraram o texto, adotado pelo governo. A lei foi sancionada pelo então presidente Lula e entrou em vigor em setembro de 2006.

Nesta entrevista à Agência e ao **Jornal do Senado**, Maria da Penha faz um balanço dos dez anos de vigência da lei que leva o nome dela.

O Brasil está trilhando um caminho mais positivo na questão da violência contra a mulher?

Com certeza, e isso eu constato nas viagens que tenho feito. São muitas mulheres agradecidas por terem saído de uma situação de violência graças à lei.

O que falta para que as mulheres se sintam integralmente assistidas?

Um compromisso maior dos gestores públicos em criar políticas que farão a lei ser mais efetiva. Nas capitais, muitas das políticas públicas foram criadas. O número de denúncias aumentou, porque as mulheres estão acreditando nas instituições.

Mas, infelizmente, os pequenos e médios municípios, com exceções, estão desassistidos. Há negligência do poder público.

Que recado daria a segmentos da sociedade que resistem à abordagem sobre a violência de gênero, especialmente na escola?

Acho um absurdo. É por meio da educação que os meninos aprendem desde cedo que devem respeitar as meninas. Sem isso, podem se tornar jovens preconceituosos e até se transformar em pessoas violentas no namoro ou casamento. É importantíssimo que todas as pessoas, do nível fundamental à universidade,

sejam capacitadas, informadas e sensibilizadas para respeitar o outro.

Como a mulher pode perceber que o caso pessoal passou de desavença de casal para uma situação grave de violência?

No momento em que a mulher começou a se sentir intimidada pelo companheiro por gritos, depois um empurrão, depois um murro, é preciso ficar preocupada. No final, ela pode ser assassinada. A violência do-

méstica nunca acontece da maneira grave na primeira ação. Se essa mulher está sentindo o agravamento da violência, deve ligar para o número 180, um telefone de chamadas gratuitas da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres. Por meio dele, a mulher pode se orientar sobre onde encontrar um serviço público para ser atendida.

Não é possível ter uma delegacia especializada em cada município, mas ao menos esperar a capacitação de pessoal. O despreparo de delegados e policiais tem sido uma queixa recorrente.

O Ministério Público e a Defensoria Pública têm feito alguma coisa. Nos municípios onde o Ministério Público criou núcleos de gênero, temos uma alternativa para a mulher que não encontra

na sua cidade uma delegacia da mulher, centros de referência, casas-abrigo.

Sempre haverá um jeito de superar a situação de violência doméstica...

Sair da violência doméstica não é fácil. É difícil por causa do medo, é difícil pela condição de ela ter muitos filhos e não ter renda. Mas a Lei Maria da Penha veio para amparar essa mulher. Onde ela for atendida, num centro de referência ou na delegacia, vai ser encaminhada para um local que possa ajudá-la a sair dessa situação.

Como trabalha o Instituto Maria da Penha, que você dirige?

O instituto nasceu em 2009 e investe na educação de agentes para lidar com a violência doméstica. Temos parcerias técnicas com universidades, que ficam responsáveis por cursos para formar defensores e defensoras da cidadania, capacitando futuros profissionais que vão estar na rede de instituições que acolhem as mulheres. O objetivo é que a cultura machista não interfira nas funções dessas pessoas.

Essa cultura está em todo canto...

Sim, e nosso instituto conta com o apoio de empresas que financiam cursos em locais de muita

vulnerabilidade social, onde capacitamos líderes comunitárias para fazer circular informações sobre como enfrentar preconceitos e buscar apoio institucional e legal. Essas líderes podem ajudar amigas, vizinhas e toda a comunidade a sair de situações de violência.

Como recebeu, lá atrás, a notícia de que seu nome seria atribuído à lei?

Fiquei muito feliz, porque minha luta foi muito grande para que meu agressor fosse punido. Foram 19 anos e 6 meses e ele só foi punido por conta das pressões internacionais. Durante aquele tempo, foi julgado duas vezes, e por duas vezes condenado, mas continuava em liberdade.

Depois de tudo o que viveu, se considera feliz?

Claro, sou sim uma mulher feliz, desde que a lei foi sancionada. Não parei mais de trabalhar para conscientizar as pessoas sobre a importância da lei na vida das mulheres e de suas crianças.

CLARO, SOU SIM UMA MULHER FELIZ, E ISSO DESDE O MOMENTO EM QUE A LEI COM MEU NOME FOI SANCIONADA

Como projeta o país daqui a mais cinco ou dez anos?

Minhas três filhas são mães, trabalham, estudam. São cinco netos, incluindo três mulheres. Graças a Deus, vivem em tempos novos e melhores. Espero que os movimentos de mulheres sensibilizem cada vez mais os gestores públicos para que a gente tenha um futuro sem violência para nossas descendentes.

JORNAL DO SENADO

Av. N2, Unidade de Apoio 3 do Senado Federal, 70165-920, Brasília, DF
www.senado.leg.br/jornal • e-mail: jornal@senado.leg.br
Twitter: @SenadoFederal
facebook.com/SenadoFederal
Tel.: 0800 612211

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virginia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Coordenação de Edição: Sílvio Burle
Editor-chefe do Jornal: Marcio Maturana

ENCARTE LEI MARIA DA PENHA

Reportagem: Gorette Brandão
Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Sílvio Burle e Tatiana Beltrão
Diagramação: Claudio Portella
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino